



Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
Fundação Apolônio Salles



CURSO

A Importância do Planejamento na Política Pública de Assistência Social

Facilitador: **MARCOS NASCIMENTO**



Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





O Curso

Para o alcance dos Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, responsabilidade do Estado e da Sociedade, se faz necessário o Planejamento. Planejar é agir de um determinado modo para um determinado fim. É o processo de construir a realidade com as características que se deseja para a mesma. Planeja-se porque se quer minimizar a incerteza e o imprevisto e porque se almeja a EFICIÊNCIA. O planejamento envolve a utilização do conhecimento para modelar uma trajetória futura. O planejamento é o oposto do imprevisto. Por isso, a elaboração do planejamento é uma atividade fundamental para os governos. O produto do processo de planejamento é o plano. Nele, estão definidos os objetivos, como serão atingidos e como serão avaliados os impactos das ações. O plano consiste em um documento orientador das ações dos governos e também em uma forma de publicizar suas intenções, consubstanciando-se numa ferramenta que promove a transparência. Por meio do planejamento se organiza e se projeta de forma democrática e participativa, fortalecendo, assim, a transparência da gestão da política pública.



Objetivo Geral

Desenvolver competências em Gestores, Técnicos e Conselheiros para o desenvolvimento de ações e atividades cotidianas organizadas, planejadas, monitoradas e avaliadas dentro do contexto da Política de Assistência Social.



DETALHAMENTO DO CONTEÚDO

MÓDULO 1 - Planejamento no Âmbito da Política de Assistência Social

Unidade 1: Visão geral e noções iniciais de planejamento setor público: importância, instrumentos e instâncias envolvidas.

Unidade 2: Planejamento dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política da assistência social e suas variáveis de influências.

Unidade 3: Formas de Financiamento da Política de Assistência Social.

MÓDULO 2 – Noções Gerais do Planejamento Operacional no Âmbito da Política de Assistência Social

Unidade 1: Planejamento da etapa operacional da Política de Assistência Social: o Termo de Referência como instrumento de planejamento para contratação de serviços e compra de produtos no âmbito da Assistência Social.

Unidade 2: Monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social



O **processo de planejamento** pressupõe um **conjunto de ações e critérios** que subsidiam incidir de uma **maneira organizada e formalizada** sobre determinadas situações, com vistas ao **alcance de metas e objetivos**, sua utilização se torna imprescindível para **atender as mudanças e as novas exigências para a qualidade na gestão** das políticas públicas.

A importância dessa abordagem **está relacionada às demandas sociais complexas e dinâmicas** que exigem um desempenho profissional e institucional, com novas formas de agir sobre a realidade.



O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

É uma exigência para a adesão ao SUAS e para o repasse federal, conforme estabelece a NOB e o artigo 30 da LOAS, entretanto, sistematicamente, os órgão de controle tem identificado que **muitos municípios não possuem o Plano Municipal de Assistência Social**, aprovado pelo CMAS;



O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em muitos casos o **Plano Municipal de Assistência Social** não passa de **peça de ficção**, elaborado para **cumprir uma exigência legal**.

É portanto, um **documento burocrático** que **não guarda relação com a realidade** e está completamente **descolado das peças orçamentárias e financeiras**.



O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inexistência da cultura de planejamento, provocando a desarticulação entre a definição, a execução, o acompanhamento e monitoramento da política de assistência social.



NOB SUAS 2012

A nova NOB SUAS privilegia o resgate **do planejamento e o acompanhamento** como **instrumentos fundamentais de gestão** para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social.



O PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOB SUAS 2012

- O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política de Assistência Social na perspectiva do SUAS.
- Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo.



NOB (Norma Operacional Básica):

Governo é responsável por organizar e coordenar o SUAS em seu território



Plano de Assistência Social é a ferramenta para dar diretrizes, priorizar, organizar e operacionalizar a Política de Assistência Social



É instrumento de **gestão** e um mecanismo de **transparência**, além de **condição** para os repasses financeiros dos recursos.



O Plano de Assistência Social - PAS deve ser elaborado pelo órgão gestor da assistência social



apreciado



discutido



aprovado

Conselho de Assistência Social



ATORES ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DO PLANO

- ❑ PREFEITURA (ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)
- ❑ CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
- ❑ REDE SOCIOASSISTENCIAL
- ❑ CÂMARA MUNICIPAL
- ❑ TRABALHADORES DO SUAS
- ❑ USUÁRIOS DO SUAS



DÚVIDAS

Elementos que constituem o Plano de Assistência





O QUE É DIAGNÓSTICO



Um diagnóstico é aquilo que pertence ou que se refere à diagnose. Este termo, por sua vez, refere-se à ação e ao efeito de diagnosticar (recolher e analisar dados para avaliar problemas de diversa natureza).



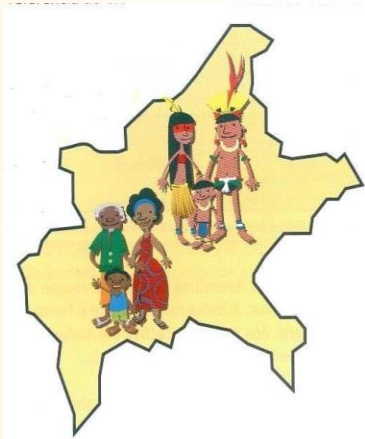
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



- ❖ Realidade construída historicamente;
- ❖ POSSIBILIDADES DE (RE) CONSTRUIR A HISTÓRIA GARANTINDO ESPAÇO PARA O PROTAGONISMO.



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



O diagnóstico **tem por base** o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem **identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais** que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades.

(BRASIL, 2012, p.11)



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Estudos e diagnósticos **devem caracterizar**, de um lado, **as necessidades e demandas sociais** (expressões da questão social presentes) **de um dado território**, que serão **objetos do planejamento e intervenção** e, de outro, **identificar recursos a serem mobilizados para sua execução**.





DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL



**Alcance das
Seguranças
Afianças**

**Acolhida, Renda, Convívio
ou Vivência Familiar,
Comunitária e Social,
Desenvolvimento de
Autonomia, Apoio e Auxílio.**



DIAGNÓSTICO E TERRITÓRIO

TERRITÓRIO

É espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes!



DIAGNÓSTICO E TERRITÓRIO

A noção de território é, portanto, compreendida como **“espaço habitado”**, fruto da interação entre os homens, ou seja, **síntese de relações sociais (Santos, 1996)**.



O que deve caracterizar um território?

A vida nas suas diferentes expressões delimitadas por:

- ❖ Espaço geográfico;
- ❖ Relações políticas de poder e solidariedade;
- ❖ Traços culturais (valores sociais)
- ❖ Poder Econômico;
- ❖ Estrutura Social;
- ❖ Laços de Pertencimento;
- ❖ Acesso aos direitos fundamentais;
- ❖ Respeito às diferenças.



DIAGNÓSTICO E TERRITÓRIO

O diagnóstico socioterritorial é resultante do conhecimento de vários atores, que envolvidos diretamente nas condições de vida da população, contribuem com informações para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social !!!



Por meio do diagnóstico pode

- A. Identificar as demandas sociais;
- B. Verificar se a rede de serviços é adequada para atender as demandas;
- C. Identificar os pontos fortes e fracos da rede assistencial;
- D. Planejar mudanças na rede e/ou na prestação de serviços para atender as demandas sociais.



Nessa etapa, o diagnóstico deve referenciar as:

1) Unidades públicas e privadas da rede referenciada, isto é, a rede de proteção social de Assistência Social.

Por exemplo:

- Número e localização de CRAS, CREAS;
- Número e localização de entidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;
- Número e localização de instituições de longa permanência para idosos;
- Serviços, projetos e programas socioassistenciais desenvolvidos no município por organismos governamentais e não governamentais, entre outros.

2) Unidades públicas e privadas de outras políticas públicas que possam auxiliar no desenvolvimento da capacidade de proteção das famílias.



É fundamental que o diagnóstico social não se restrinja ao levantamento de dados e indicadores quantitativos, e **alcance também a captação de elementos qualitativos** que expressem aspectos culturais, **valores**, expectativas e outros traços da população residente no território, **permitindo uma leitura mais próxima à complexa realidade social.**



Técnicas para a captação de aspectos qualitativos da realidade social de uma população:

- 1) estudos de caso;
- 2) observações participantes;
- 3) investigações documentais;
- 4) entrevistas breves ou em profundidade, dirigidas, semidirigidas ou abertas;
- 5) histórias de vida ou outras formas de estudos biográficos;
- 6) grupos de discussão, grupos focais ou estratégias afins; e
- 7) observações planejadas de diferentes formas, conforme os objetivos da investigação.



DÚVIDAS



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

❖ Segundo a LOAS, a Vigilância Socioassistencial é compreendida como:

“Um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território”.





VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

“Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios”.



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

VAI IDENTIFICAR:

- ❖ Pessoas com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças;
- ❖ Vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal;
- ❖ Vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência;
- ❖ Vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de abrigos, residências para os diversos segmentos etários” (PNAS/04: 39,40).



VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

É importante não só a análise de indicadores específicos, mas o levantamento de dados gerais sobre o município, contemplando a assistência social e as demais áreas sociais com as quais interage.

Desse modo, poderão ser apontados os desafios próprios da assistência social e os que deverão ser enfrentados conjuntamente com as demais políticas.



O QUE É RISCO?



RISCO é a probabilidade ou eminência de um evento acontecer, podendo, portanto, ser prevenido a partir da leitura sobre os contextos. Constitui-se situações de risco:

- Violações de direitos;
- Fragilização ou rompimento de vínculos.



DÚVIDAS



O QUE É VULNERABILIDADE?



Vulnerabilidade social, destacando sua conexão com as situações de “pobreza, privação/ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, dentre outras).



COMO MENSURAR VULNERABILIDADE E RISCO?

Como são conceitos abstratos, para serem diagnosticados, monitorados e avaliados, risco e vulnerabilidade necessitam ser traduzidos em medidas objetivas e quantificáveis por meio de algum recurso metodológico simples e padronizado. O recurso metodológico mais utilizado são os **INDICADORES**.



FONTES DE DADOS E INDICADORES

“Os Indicadores Sociais são o instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.”





BONS DIAGNÓSTICOS REÚNEM:

- ✓ **Indicadores de saúde** (leitos por mil habitantes, percentual de crianças nascidas com baixo peso adequado, por exemplo)
- ✓ **Indicadores educacionais** (taxa de analfabetismo, escolaridade média da população de quinze anos ou mais, etc.)
- ✓ **Indicadores de mercado de trabalho** (taxa de desemprego, rendimento médio real do trabalho, etc.)
- ✓ **Indicadores habitacionais** (posse de bens duráveis, densidade de moradores por domicílio, etc.)

(JANNUZZI, 2009).



BONS DIAGNÓSTICOS REÚNEM:

- ✓ **de segurança pública e justiça** (mortes por homicídios, roubos à mão armada por cem mil habitantes, etc.)
- ✓ **Indicadores de infraestrutura urbana** (taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública, etc.)
- ✓ **Indicadores de renda e desigualdade** (proporção de pobres, índice de Gini, etc.)

(JANNUZZI, 2009).



QUAIS INDICADORES TRADUZEM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL?

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

1. Famílias com serviços de infraestrutura inadequados:

1. Abastecimento de água provenientes de poço ou nascente ou outra forma
2. Sem banheiro ou sanitário
3. Destino do lixo inadequado conforme legislação
4. Mais de 2 moradores por dormitório



QUAIS INDICADORES TRADUZEM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL?

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável, como o conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

2. Famílias com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{4}$ salário mínimo:

3. Família com renda familiar *per capita* inferior $\frac{1}{2}$ salário mínimo:

1. Com pessoas de 0 a 14 anos
2. Com responsável com menos de 4 anos de estudo

4. Família no qual há um chefe de família mulher, sem cônjuge:

1. Com filhos menores de 15 anos
2. Ser analfabeta



5. Família no qual há uma pessoa com 16 anos ou mais:

- 1. Desocupada (procurando trabalho)**
- 2. Com quatro ou menos anos de estudo**

6. Família na qual uma pessoa de 10 a 15 anos trabalhe.

7. Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude.

8. Família com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo:

- 1. Com pessoa com deficiência**
- 2. Com pessoa de 60 anos ou mais**



FONTES DE DADOS E INDICADORES - Exemplos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Responsável pelo levantamento do Censo Demográfico, PNAD e outras pesquisas: dados populacionais – número de habitantes, projeções de crescimento populacional, gênero, etnia, cortes etários, condições da habitação, escolaridade, mão de obra, rendimentos, disponibilidade de serviços públicos e privados, atividades econômicas, e outros. Unidades censitárias, municípios, estados, regiões e nacional.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO O (PNUD)

Coordena a elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano. Indicadores diversos que qualificam o desenvolvimento humano a partir de categorias como renda, escolaridade e longevidade de população a partir de dados dos Censos sintetizados no IDH.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Coordena a elaboração do Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros que traz o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios, regiões metropolitanas e estados do Brasil por meio da sintetização de indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e desenvolvimento humano, com dados extraídos dos Censos do IBGE.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

Responsável pela elaboração e divulgação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, com dados de trabalho e emprego, natureza dos vínculos por setor de atividades econômicas, valores médios de remuneração e outros dados



Informações Relevantes



CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.



Prontuário SUAS

É um instrumento que auxilia e orienta a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos atendidos nos CRAS e CREAS, preservando o histórico de atendimentos, encaminhamentos, situações vivenciadas, territórios percorridos. Introduce um parâmetro nacional de registro de informações e, conseqüentemente, torna possível avançar no conhecimento do perfil e do volume de famílias e indivíduos acompanhados, assim como na incidência de determinadas situações de violação de direitos atendidas pela Assistência Social.



DÚVIDAS



O QUE É REDE?

O termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal [...] uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens (GUARÁ, 1998).



REDE SOCIOASSISTENCIAL

Na política de Assistência Social, podemos identificar dois tipos de rede:

1. A rede socioassistencial, constituída pela articulação dos serviços, benefícios, programas e projetos governamentais e não governamentais, que têm uma relação de complementaridade, cooperação e corresponsabilidade, integrando-se numa relação orgânica no âmbito do SUAS. As redes organizam-se para responder às demandas coletivas e individuais a partir das diretrizes pactuadas nacionalmente. Essa rede deve ofertar serviços e benefícios que visam à garantia de acessos aos direitos socioassistenciais.



REDE SOCIOASSISTENCIAL

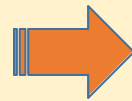
2. A rede intersetorial, formada pela articulação entre as diversas políticas sociais que atuam em um determinado território, atendendo, na maioria das vezes, as mesmas famílias. A visão de totalidade no âmbito do território significa o conhecimento e a análise das diferentes situações identificadas e suas conexões com a dinâmica deste espaço, o que permite a construção de fluxos delineando as responsabilidades e competências da política de assistência social e as competências das outras políticas públicas. Esta interlocução intersetorial provoca uma relação dialógica com as diferentes instâncias que atuam no território. O gestor da Assistência Social deve participar ativamente da articulação da rede intersetorial, juntamente com os gestores das outras políticas públicas do município.



ESTRUTURA DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



A NOB/SUAS 2012 estabelece a seguinte estrutura :



- a) **Dados de identificação do plano;**
- b) **Introdução;**
- c) **Diagnóstico socioterritorial;**
- d) **Objetivos;**
- e) **Diretrizes e prioridades deliberadas;**
- f) **Ações estratégicas;**
- g) **Metas;**
- h) **Resultados e impactos esperados;**
- i) **Recursos materiais, humanos e financeiros;**
- j) **Mecanismos e fontes de financiamento;**
- k) **Cobertura da rede prestadora de serviços;**
- l) **Indicadores de monitoramento e avaliação;**
- m) **Espaço temporal de execução.**



1. Identificação do Plano: título; vigência; responsáveis pela elaboração; colaboradores; período de elaboração; responsável para contato (nome, telefone, e-mail); entre outros.

2. Dados Municipais: nome do município; porte do município (opções: pequeno porte I, pequeno porte II, médio porte, grande porte, metrópole), nível de gestão do SUAS (opções: inicial, básica, plena), nome do prefeito, período de mandato, endereço da prefeitura (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail.

3. Dados do Órgão Gestor da Assistência Social: nome do órgão gestor, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do gestor.



4.Dados do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS): lei de criação do FMAS, decreto de regulamentação, CNPJ, nome do gestor, fonte de recursos (municipal, estadual, federal).

5.Conselho Municipal De Assistência Social (CMAS): lei de Criação do CMAS, endereço (rua, número, bairro, CEP), telefone (DDD e número), fax (DDD e número), site, e-mail, nome do presidente, período de mandato, representação (opções: governamental, não governamental, usuários), número de conselheiros, secretaria executiva.



Introdução

A introdução contempla informações sobre a concepção de **planejamento adotada pelo município**, demonstrando sua importância na organização da política de assistência social e no atendimento à legislação em vigor.

Pode-se **descrever o processo de elaboração e estruturação do plano municipal**, assim como a forma **como se deu a participação da sociedade civil** na elaboração do plano.

Também é possível abordar, neste item, **como será o monitoramento e a avaliação das ações e metas planejadas**.

(Melhor formular ao final)



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;**
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



d) objetivos

- ❖ Responde a pergunta: para que vou realizar determinada ação/projeto/serviço?
- ❖ Os objetivos expressam as mudanças que se desejam para o futuro.
- ❖ Devem comunicar as intenções dos gestores, construídas a partir do levantamento das necessidades identificadas pelo conjunto dos atores.
- ❖ As intenções decorrem das prioridades definidas no Diagnóstico Socioterritorial.



d) objetivos

Um objetivo é um enunciado escrito sobre resultados a serem alcançados em um dado período.

- ❖ Deve ser relevante, explícito e quantificável.
- ❖ Importante - precisa ser exequível, ou seja, realizável.
- ❖ Importante que sejam claros e permitam que se visualize o resultado desejado.

Construído dessa forma, gestores, profissionais e cidadãos identificam claramente as intenções da política e podem guiar suas ações e demandas a partir desse entendimento.



Exemplo de um objetivo claro e que preenche suas características é o da PNAS (2004):

“Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dele necessitarem”.

Esse enunciado oferece os elementos essenciais para a compreensão da mudança a ser planejada:

- ❖ **Objetivo: prover serviços, programas, projetos e benefícios.**
- ❖ **Tipo de serviços ofertados: proteção básica e/ou especial.**
- ❖ **Público-alvo: famílias, indivíduos e grupos em situação de risco e vulnerabilidade sociais.**



Os objetivos podem e devem ser organizados em
OBJETIVO GERAL e OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

Objetivo geral: apresenta de forma abrangente o que se pretende alcançar com o Plano.

- ❖ Serve como objetivo de orientação
- ❖ Evidencia o propósito maior
- ❖ Revela os impactos desejados
- ❖ Situação maior para qual a política contribui
- ❖ Deve ser minimamente alcançável e mensurável

Espelhando-se no objetivo da PNAS, pode-se ter como exemplo de objetivo geral de um Plano Municipal de Assistência Social:

Ex. “Prover serviços, programas e benefícios socioassistenciais para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem no município X, tendo em perspectiva a garantia das seguranças sociais e direitos de cidadania”.



OBJETIVO ESPECÍFICO

desmembra o objetivo geral em detalhes.

- ❖ Especifica os focos prioritários do plano
- ❖ Aquilo que se espera realizar com o plano
- ❖ Reflete a perspectiva de superação de problemas identificados pelo diagnóstico
- ❖ Expressa a nova situação que se pretende alcançar
- ❖ Demonstra o efeito direto junto à população alvo
- ❖ É alcançável através de ações estratégicas, metas e recursos.
- ❖ É mensurável qualitativamente e quantitativamente, através de indicadores.
- ❖ Tem implicação política: são responsabilidades assumidas pelo órgão gestor.

Exemplo:

Problema: *Insuficiência da cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*

Objetivo Específico: *Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade*



1. Desmembrar a política de assistência em **TEMAS** tais como Gestão, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
2. Ou ainda em **SUBTEMAS** tais como Planejamento, Participação e Controle Social, Produção e Gestão da Informação, Gestão do Trabalho, Intersetorialidade, Trabalho Social com Famílias, Programas, Serviços e Benefícios, CRAS, CREAS e quantos outros possíveis e necessários, de acordo com o critério de detalhamento adotado.
3. Definir os **TEMAS PRIORITÁRIOS** para cada um deles e formular objetivos correspondentes.

!!! A ELABORAÇÃO DOS OBJETIVOS DEVE OBSERVAR AINDA:
As deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal
As metas do Pacto de Aprimoramento de Gestão



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;**
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



e) DIRETRIZES PRIORIDADES DELIBERADAS

- ❖ Uma diretriz é uma orientação geral que organiza as decisões e ações.
- ❖ O Plano de Assistência Social deve ser coerente com as diretrizes que orientam a administração pública, expressas no Plano Diretor, Plano Plurianual e outros.
- ❖ O Plano deve considerar, ainda, as Diretrizes Organizacionais estabelecidas pelo SUAS, expressas no artigo 5º da NOB/SUAS 2012:



Nesse item do plano, deve-se examinar as diretrizes declaradas pela NOB e debater sobre quais são mais pertinentes para a realidade de seu município.

Exemplos:

- 1. Reconhecimento dos indivíduos usuários da assistência social, como sujeitos históricos e de direitos, inseridos em grupos familiares, comunitários e sociais, tendo em perspectiva a consolidação de sua autonomia e fortalecimento de seu protagonismo.***
- 2. Reconhecimento da causalidade histórica e coletiva das situações de vulnerabilidade e risco aos quais estão expostos famílias e indivíduos residentes em territórios pobres e/ou vulneráveis do município.***
- 3. Orientação pela dimensão territorial, conhecendo a realidade e as situações de cada localidade do município, priorizando o acesso e localização dos serviços, programas e benefícios nos territórios e microterritórios próximos à vida cotidiana dos indivíduos e famílias.***

(Ver outros exemplos na pág. 7 do documento “ESTRUTURA BÁSICA DO PAS: ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO”)



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;**
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



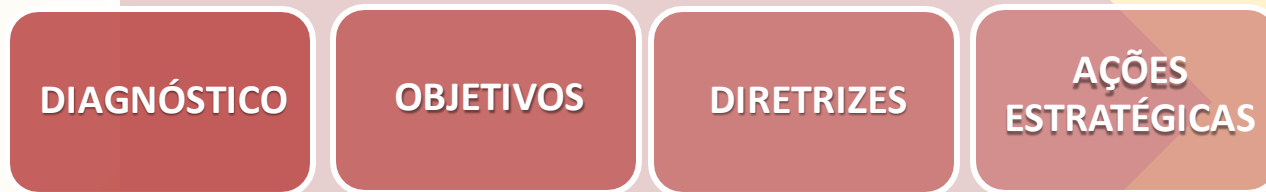
f) AÇÕES ESTRATÉGICAS

- ❖ As ações devem ser elaboradas com vistas a alcançar os objetivos definidos.
- ❖ Na escolha das ações e estratégias os gestores devem observar o artigo 22 da NOB/SUAS 2012 que determina que os planos devem observar as **ações articuladas e intersetoriais**.



- ❖ São ações definidas como prioritárias para alcançar os objetivos específicos
- ❖ Constituem a base operacional do plano, meios pelos quais o plano se realiza.
- ❖ Representam o passo a passo para a produção dos resultados.
- ❖ Têm que ser necessárias e suficientes.
- ❖ Permitem estimar os insumos e recursos necessários

FLUXO DE ELABORAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS





Cada objetivo, desmembrado em temas e subtemas, pode ter uma ou mais ações estratégicas relacionadas. Desse modo, chega-se a definição de ações estratégicas por temas trabalhados: gestão, proteções, programas, serviços e benefícios.

Exemplo:

Objetivo Específico: Ampliar a cobertura da proteção social básica em áreas de vulnerabilidade.

Ação estratégica: Ampliar o numero de equipamentos e/ou equipes volantes da proteção social básica nas seguintes áreas de vulnerabilidade: XX, XY e XZ.



g) METAS

As metas são desdobramentos quantificados dos objetivos, ou seja, uma meta é um objetivo representado pela dimensão quantitativa e de referência temporal e territorial.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas;
- f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;**
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



h) RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

- ❖ Os resultados são as mudanças diretas alcançadas pelos beneficiários por meio da participação em uma política pública.

Exemplo: o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família é um resultado de estar incluído no Cadastro Único.

- ❖ Os impactos são as contribuições da política de assistência social para determinadas mudanças sociais. Esse componente indica os efeitos indiretos de uma política pública sobre a sociedade como um todo.

Exemplo: aumento do peso das crianças em decorrência da diversificação da dieta familiar, ocorrida por meio do aumento da renda



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;**
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;**
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.



j) MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

No Plano, devem ser definidos com clareza os recursos disponíveis para a execução das atividades, apresentando as fontes de financiamento, sejam do orçamento próprio, das transferências intergovernamentais ou de apoios privados.

Além dos recursos alocados na implementação da política de Assistência Social é importante apresentar na forma de gráficos a evolução do orçamento em relação a períodos anteriores, assim como a comparação entre o que foi orçado e o que foi executado.

Este tópico, na estrutura do PAS, é importante tanto para a gestão como para o controle social, pois é necessário tornar público o que se está planejando, quais são os significados da alocação de recursos próprios do município para a política de assistência social.



INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS FUNDOS

Apesar de não haver estrutura única recomendável, certas funcionalidades são aplicáveis a todos os casos:

ASPECTOS LEGAIS

- ✓ Lei de criação do fundo;
- ✓ Decreto de regulamentação do fundo;
- ✓ Inscrever o FAS no CNPJ.
- ✓ Definir o gestor ordenador de despesas e o gestor financeiro.

ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS

- ✓ Subordinar o fundo à Secretaria de Assistência Social;
- ✓ Definir equipe do FMAS.

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

- ✓ Constituir Unidade Orçamentária;
- ✓ Instituir Unidade Gestora;
- ✓ Realizar planejamento orçamentário e financeiro;
- ✓ Realizar programação financeira e fluxo de caixa;
- ✓ Realizar execução orçamentária e financeira e contábil;
- ✓ Realizar monitoramento, avaliação e controle;
- ✓ Prestar Contas ao Conselho em relatórios de fácil compreensão;
- ✓ Prestar contas ao MDS por meio do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro do SUAS.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
 - b) Introdução;
 - c) Diagnóstico socioterritorial;
 - d) Objetivos;
 - e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f)
- Ações estratégicas;
- g) Metas;
 - h) Resultados e impactos esperados;
 - i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
 - j) Mecanismos e fontes de financiamento;
 - k) Cobertura da rede prestadora de serviços;**
 - l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
 - m) Espaço temporal de execução.



k) COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

- ❖ **A malha de serviços deve ser analisada quanto à localização, natureza da atenção oferecida, cobertura e quadro profissional disponibilizado. Com essas informações, podem ser identificados os vazios de atenção.**
- ❖ **Além de informações sobre os serviços e programas da assistência social, é necessário conhecer a rede assistencial das demais políticas públicas existentes no território.**
- ❖ **O Plano deve prever estratégias de integração do conjunto de serviços socioassistenciais do território.**

A intersectorialidade, ou seja, a atuação conjunta, de forma articulada e integrada das políticas sociais, visa dar conta dos direitos sociais, das seguranças e das proteções sociais.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f) Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;**
- m) Espaço temporal de execução.



- ❖ Indicadores são parâmetros previamente definidos para monitorar e avaliar os avanços, resultados e impactos da política.
- ❖ Podem ser definidos como uma situação ou uma característica que serve como um sinal comprobatório de que os objetivos, resultados e metas foram alcançado.
- ❖ O monitoramento sistemático dos indicadores indica aos gestores que são necessárias medidas corretivas quando o plano não estiver alcançado seus objetivos. Constitui base para o acompanhamento e a avaliação do que foi planejado.
- ❖ Para sua devida aferição, devem ser acompanhados dos meios e periodicidade de verificação.
- ❖ A função do indicador no conjunto do plano é a caracterização mais precisa dos resultados, estabelece o que e quanto se quer alcançar.



- ❖ **Indicadores de processo:** Apoiam na avaliação da eficiência das atividades e ações. No PAS, podem ser utilizados para monitorar e avaliar o desenvolvimento de cada programa, serviço e benefício.
- ❖ **Indicadores de resultado:** Ajudam a definir a eficácia dos resultados planejados. No PAS, podem ser utilizados para monitorar e avaliar o alcance das metas, resultados e objetivos específicos.
- ❖ **Indicadores de impacto:** Ajudam a definir a efetividade dos objetivos maiores. No PAS, podem ser utilizados para monitorar e avaliar os impactos planejados e alcance do objetivo geral.

Dica!!!

Para elaborar indicadores responda as seguintes perguntas:

O que indicará que o que foi planejado foi alcançado?

De quanto em quanto tempo será verificado?

Onde estará esta informação comprobatória?



Quem monitora e avalia?

- ❖ O monitoramento deve ser realizado por meio da produção, coleta e sistematização regular de informações, pelas equipes que atuam na gestão e execução da política.
- ❖ A Vigilância Socioassistencial tem um papel fundamental na produção de instrumentais, na compilação de informações e na verificação dos indicadores.
- ❖ Assim como o conjunto do plano, dados referentes aos indicadores devem ser submetidos ao controle social outros espaços de debate público sobre a assistência social, inclusive nos próprios territórios junto às redes e usuários.
- ❖ Gestores e equipes devem estabelecer um cronograma de encontros de monitoramento, avaliação e sistematização. Exemplo: Monitoramento Trimestral, Avaliações Semestrais e Anuais.



Construindo o PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Dados de identificação do plano;
- b) Introdução;
- c) Diagnóstico socioterritorial;
- d) Objetivos;
- e) Diretrizes e prioridades deliberadas; f)
- Ações estratégicas;
- g) Metas;
- h) Resultados e impactos esperados;
- i) Recursos materiais, humanos e financeiros;
- j) Mecanismos e fontes de financiamento;
- k) Cobertura da rede prestadora de serviços;
- l) Indicadores de monitoramento e avaliação;
- m) Espaço temporal de execução.**



m) ESPAÇO TEMPORAL DE EXECUÇÃO

Este item deve ser definido levando em consideração o artigo 19 da NOB/SUAS 2012 que determina que os entres federados deverão elaborar seus planos de assistência social a cada quatro anos, de acordo com os períodos de elaboração do Plano Plurianual (PPA).

Sugere-se prever momentos de atualização do PAS que coincidam com o mesmo período de atualização do PPA.



DÚVIDAS



DETALHAMENTO DO CONTEÚDO

MÓDULO 1 - Planejamento no Âmbito da Política de Assistência Social

Unidade 1: Visão geral e noções iniciais de planejamento setor público: importância, instrumentos e instâncias envolvidas.

Unidade 2: Planejamento dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da política da assistência social e suas variáveis de influências.

Unidade 3: Formas de Financiamento da Política de Assistência Social.

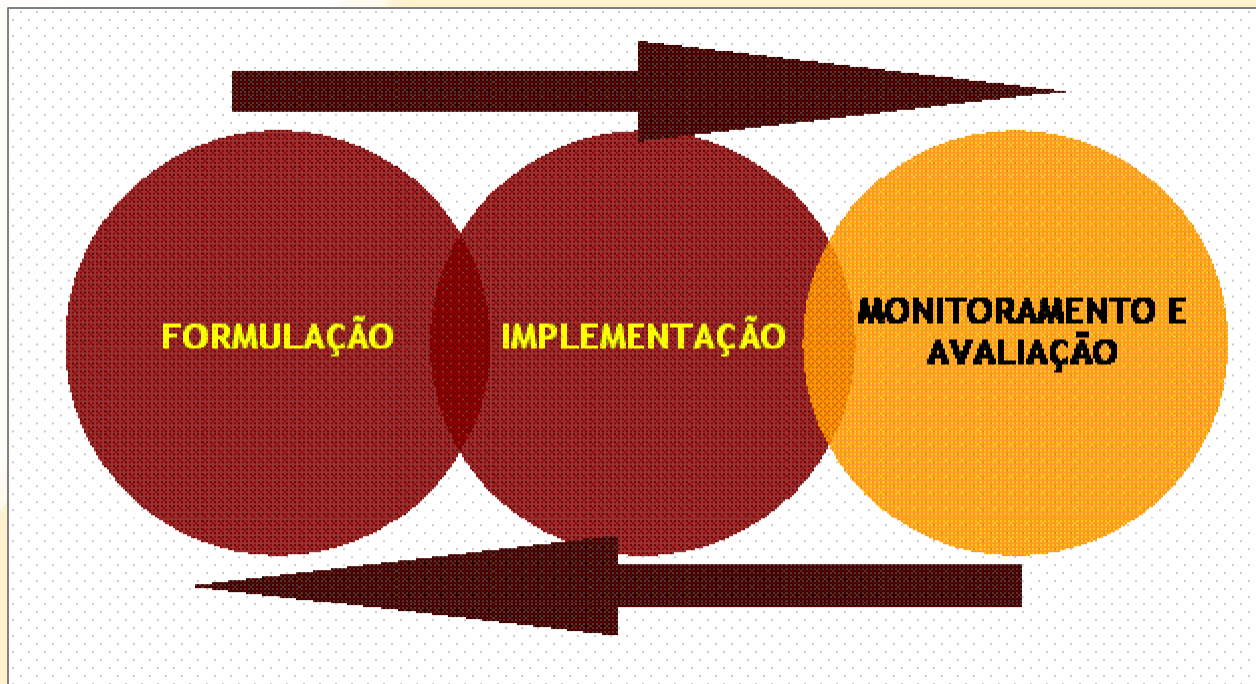
MÓDULO 2 – Noções Gerais do Planejamento Operacional no Âmbito da Política de Assistência Social

Unidade 1: Planejamento da etapa operacional da Política de Assistência Social: o Termo de Referência como instrumento de planejamento para contratação de serviços e compra de produtos no âmbito da Assistência Social.

Unidade 2: Monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social



CICLO BÁSICO GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS





O ciclo monitoramento-avaliação é concebido enquanto **processo orientado e sistemático de coleta e verificação de informações**

É ferramenta essencial de gestão das políticas públicas na medida em que **permite a identificação de desvios, problemáticas e avanços e sobretudo, norteiam a determinação de metas e padrões de desempenho e êxito.**

Para o SUAS, aponta para dois aspectos fundamentais : **“modernização da gestão” e “ampliação do impacto”.**

Mensurar o **alcance das ações da assistência social e o padrão de inclusão social obtido através de seu desenvolvimento - com vistas a ampliação de sua capacidade de gerar impacto e ao aperfeiçoamento político-administrativo – assim como a competência pela gestão da informação, são claramente expostos pela PNAS enquanto **responsabilidade dos órgãos gestores da assistência.****



Monitoramento

- Coleta sistemática, registro ordenado e gestão de informações
- Acompanhamento do desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais
- Observação do cumprimento dos objetivos e metas
- Produção de informações para subsidiar a tomada de decisões cotidianas
- Identificação precoce de eventuais problemas

Avaliação

- Análise de dados sistematicamente coletados e ordenadamente registrados
- Orientado para a verificação de indicadores
- Conclusões / Constatações
- Quantitativa / Qualitativa



QUEM MONITORA E AVALIA?

O monitoramento deve ser realizado por meio da produção, coleta e sistematização regular de informações, pelas **equipes que atuam na gestão e execução da política.**

A **Vigilância Socioassistencial** tem um papel fundamental na produção de instrumentais, na compilação de informações e na verificação dos indicadores.

Assim como o conjunto do plano, dados referentes aos indicadores devem ser submetidos ao **controle social** outros espaços de debate público sobre a assistência social, inclusive nos próprios territórios junto às redes e usuários.

Gestores e equipes devem estabelecer um cronograma de encontros de monitoramento, avaliação e sistematização. Exemplo: Monitoramento Trimestral, Avaliações Semestrais e Anuais.



ALGUNS ASPECTOS DA COLETA DE INFORMAÇÕES

- O valor de uso da informação
- A importância da participação da população nesse processo.
- A inserção dos trabalhadores nos territórios, seja para a realização de visitas domiciliares, participação em reuniões e eventos, desencadeamento de processos de mobilização social, entre outros.
- Demanda por trabalhadores com perfil e qualificação para o trabalho com famílias, para o uso de diferentes instrumentais e técnicas metodológicas para a coleta de dados quantitativos e qualitativos junto às famílias.
- As equipes assumem a responsabilidade pela produção, sistematização e gestão das informações produzidas.



- **Contribuição essencial das famílias, que não devem ser percebidas como meras fornecedoras de dados sobre sua realidade e seu território, mas como sujeitos com poder decisório, criadores de identidades e potencialidades.**
- **Quanto maior o envolvimento das famílias, maior será também a qualidade e a consistência dos dados coletados.**
- **É um momento de troca de conhecimentos, de amadurecimento político-pedagógico e de reflexão mútua entre os trabalhadores e a população atendida. A partir dessa troca, podem surgir respostas coletivas às demandas do território, desencadeando processos educativos, de prevenção e enfrentamento coletivo de situações de risco.**
- **O resultado do estudo de adequação entre oferta e demanda de serviços socioassistenciais comporá o Plano Municipal de Assistência Social. É no Plano que são apontadas as ações necessárias para atender as demandas socioassistenciais identificadas no território.**



PROCESSOS QUE COMPÕEM A VIGILÂNCIA SOCIAL

Elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade e riscos sociais

Mapeamento da cobertura da rede prestadora de serviços

Identificação da demanda e oferta

Planejamento das ações

Monitoramento

Avaliação



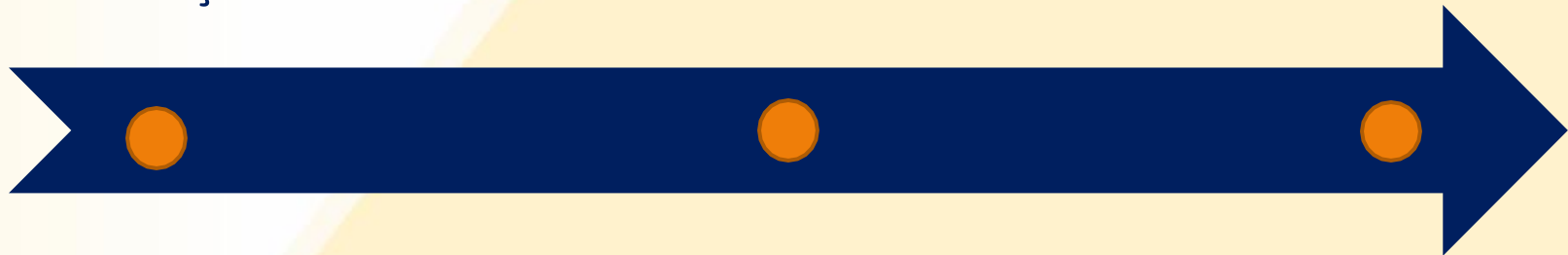
PARA QUE e PARA QUEM a Vigilância Socioassistencial é importante?

- Para os conselhos municipais de Assistência Social: as informações levantadas na Vigilância Socioassistencial embasam a tomada de decisões e a alocação dos recursos.
- Para os usuários: as informações apuradas permitem ofertar aos usuários exatamente os programas de que eles mais necessitam.
- Para as equipes técnicas: os dados colhidos são utilizados no monitoramento para adequar os serviços socioassistenciais e a própria atuação.
- Para o órgão gestor: os dados do monitoramento são utilizados na elaboração dos planos de assistência social, na efetivação da política pública de assistência social com a otimização de recursos.



MONITORAMENTO
E
AVALIAÇÃO

EMPODERAMENTO



INFORMAÇÃO QUALIFICADA
CONHECIMENTO
APRENDIZAGEM
LIÇÕES APRENDIDAS



SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A implantação de um sistema de monitoramento, avaliação e informação é essencial para gestão efetiva da Política de Assistência social no município.



MONITORAMENTO

É importante planejar cuidadosamente o monitoramento, considerando:

- Metas e objetivos definidos no PMAS;
- Instrumentais para registro sobre o acompanhamento contemplando as questões de áreas específicas;
- Processo de consolidação dos dados/ Produção de informação;
- Metodologia para devolutiva junto as equipes.



MONITORAMENTO

FUNÇÕES DE MONITORAMENTO:

- **Contribuir para a eficiência das políticas e dos programas:** *O monitoramento pode retroalimentar a gestão e subsidiar a melhoria da implementação, otimizando a utilização dos recursos e a redução dos custos;*
- **Guiar, revisar e ajustar o desenvolvimento do programa política (serviços, benefícios, programas e projetos):** *O monitoramento é um instrumento de gestão e aprendizagem indispensável para subsidiar a reflexão e os ajustes da estratégia da política e do programa.*



MONITORAMENTO

FUNÇÕES DE MONITORAMENTO:

- **Possibilitar a transparência na informação e fortalecer a comunicação:** O monitoramento pode ter a função de manter diferentes atores – integrantes, parceiros e o público em geral interessado – informados sobre o andamento das ações e as situações relativas à política. Pode esclarecer sobre os sucessos, mas também sobre os problemas muitas vezes enfrentados na implementação.



LEMBRANDO...

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DEFINIÇÃO DE AGENDA

DEFINIÇÃO DAS ALTERNATIVAS

TOMADA DE DECISÃO

IMPLEMENTAÇÃO

AVALIAÇÃO

MONITORAMENTO



MONITORAMENTO X CONTROLE SOCIAL

**MONITORAMENTO
DO PLANO DE
ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

FUNÇÃO

**GESTÃO
CONTROLE
SOCIAL**

Normalizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social prestados pela rede socioassistencial, que inclui os equipamentos públicos e as entidades de assistência social.



MONITORAMENTO X CONTROLE SOCIAL

CMAS

**ELABORAÇÃO DE
DIAGNÓSTICO;
DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E
METAS;
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA;
MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO.**



INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

MONITORAMENTO DE INSUMO

Responde a questões sobre disponibilidade e qualidade de recursos, do tipo:

- A unidade possui os recursos humanos necessários para executar o programa?
- O serviço dispõe dos materiais e equipamentos necessários para desempenhar as atividades?
- Os recursos financeiros estão disponíveis?



INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

MONITORAMENTO
DE INSUMO

São indicadores de insumo:

- Número de equipamento de assistência social em dado território;
- Quantidade de recursos humanos;
- Recursos financeiros próprios;
- Recursos financeiros de transferências.



INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

MONITORAMENTO
DE ATIVIDADES

Responde a questões sobre o Desenvolvimento das variadas tarefas e processos.

São indicadores de atividade:

- nº de atendimentos realizados no mês;
- nº de visitas domiciliares realizadas no mês;
- quantidade de famílias cadastradas;
- quantidade de famílias acompanhadas nas condicionalidades;
- quantidade de adolescentes acompanhados para o convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- quantidade de entidades participando de ações de Articulação Intersectorial.



INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

MONITORAMENTO DE PRODUTOS

Faz o acompanhamento dos produtos esperados como consequência das atividades do programa, tais como:

- quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- quantidade de famílias que recebem o benefício de superação da extrema pobreza;
- **quantidade de famílias no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF);**
- quantidade de adolescentes em convívio ou vivência familiar, comunitária e social.



INDICADORES X MONITORAMENTO PAS

MONITORAMENTO
DE PRODUTOS

São indicadores de produto:

- aumento da frequência escolar das crianças acompanhadas nas condicionalidades de educação;
- aumento de famílias inseridas no Programa Bolsa Família;
- aumento de adolescentes em convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- aumento de famílias no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).



AVALIAÇÃO:

- ✓ Atividade que pode ser realizada antes ou depois de uma intervenção;
- ✓ Se destina à análise de um processo quanto a sua efetividade, eficiência e eficácia;
- ✓ Mensura o alcance da intervenção;
- ✓ Faz a ponderação entre resultados esperados e resultados alcançados;
- ✓ Subsida e deflagra um novo processo de planejamento.



Observe que a **avaliação necessita das informações provenientes do monitoramento** para realizar o julgamento que lhe cabe a respeito da eficiência, eficácia, e efetividade dos programas. Veja que as atividades são, portanto, complementares. Porém a **avaliação vai além, pois verifica se o plano originalmente traçado está, de fato, produzindo as transformações pretendidas.**



DÚVIDAS





Referências Bibliográficas

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 56, n.2, p. 137-160, abr.-jun. 2005.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração; Brasília: Capes, UAB, 2009.

JANNUZZI, P. M.; PASQUALI, F. A. Estimação de demandas sociais futuras para fins de formulação de políticas públicas municipais: notas para discussão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 75-94, mar./abr.1999.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Regional do Estado do Paraná. **Construção e Análise de Indicadores**. Curitiba: Serviço Social da Indústria, Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade, 2010.



**Secretaria de Desenvolvimento
Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência
Social
Gerência de Projetos e Capacitação**

www.sigas.pe.gov.br

E-mail:

capacitasuas.pe@sedscj.pe.gov.br

Telefone: 81 3183 0715

**Fundação Apolônio Sales
Universidade Federal Rural de
Pernambuco - UFRPE**

capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br

GRATO A TODOS E TODAS!

E-mail:

marcosnascimento@gmail.com

Instagram:

[@marcosnascimento](https://www.instagram.com/marcosnascimento)